

**CAPACIDADE ESTATAL: A POLÍTICA PÚBLICA DE EXPANSÃO DAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS - A IMPLEMENTAÇÃO DA UNIPAMPA**

**STATE CAPACITY: THE PUBLIC POLICY OF EXPANSION OF FEDERAL
UNIVERSITIES - THE IMPLEMENTATION OF UNIPAMPA**

Recebido em: 10/07/2022

Aceito em: 13/08/2022

Luis André Antunes Padilha¹ 

Ismael Mauri Gewehr Ramadam² 

Ronaldo Bernardino Colvero³ 

Resumo: O objetivo deste estudo é descrever por meio da teoria da capacidade estatal com ênfase na política de expansão das universidades “REUNI” o processo da implementação da Universidade Federal do Pampa. O REUNI tinha por objetivo criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas Universidades Federais. Este estudo abrange uma análise documental com delineamento descritivo. Como resultados, a criação da Universidade Federal do Pampa além de contribuir para o desenvolvimento local e regional da metade sul do Rio Grande do Sul já formou mais de 12 mil alunos entre graduação e pós-graduação.

Palavras-chave: Capacidade Estatal; Política Pública; Educação; Gestão pública.

Abstract: The objective of this study is to describe, through the theory of state capacity with emphasis on the university expansion policy "REUNI", the process of implementation of the Federal University of the Pampa (UNIPAMPA). The REUNI had the objective of creating conditions for the expansion of access to higher education, as well as permanence, at the undergraduate level, through better use of the physical structure and human resources existing in the Federal Universities. This study comprises a documental analysis with descriptive delineation. As a result, the creation of the Federal University of the Pampa, besides contributing to the local and

¹ Administrador pela Universidade Da Região da Campanha -URCAMP-; Especialista em Gestão Financeira e Controladoria pelo IBPEX, Discente do Mestrado Profissional em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA - Campus São Borja – RS. E-mail: luispadilha@unipampa.edu.br.

² Possui Graduação em Administração - Análise de Sistemas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul PUCRS (1995), Graduação em Comércio Exterior pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos UNISINOS (1996). Especialização Metodologia do Ensino Superior pela Universidade da Região da Campanha URCAMP (1997) e Mestrado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS (2001). Atualmente é professor da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul e lotado na Unidade de São Borja. Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP-UNIPAMPA). Membro do Grupo de Pesquisa Labpoliter - Laboratório de Políticas Públicas e Territórios Fronteiriços (CNPQ/UNIPAMPA). E-mail: ismael-ramadam@uergs.edu.br.

³ Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2009). Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (2003). Atualmente é professor associado na Universidade Federal do Pampa, atuando no curso de Ciências Sociais - Ciência Política e Licenciatura em Ciências Humanas e Direito e docente permanente nos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu de Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa e de Memória Social e Patrimônio, da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: ronaldocolvero@unipamoa.edu.br.

regional development of the southern half of Rio Grande do Sul, has already graduated more than 12 thousand Undergraduate and Graduate students.

Keyword: State Capacity; Public Policy; Education; Public Management.

INTRODUÇÃO

O conceito de política pública está relacionado à formulação de propostas, decisões e implementação das mesmas. Estas propostas resultam em diretrizes, programas e ou ações elaboradas para o enfrentamento de um problema considerado público e que necessite de resolução frente ao bem estar da coletividade. Tais ações a nível de planejamento estratégico, tático e operacional requerem o aporte de recursos estruturais, financeiros e humanos (SOUZA, 2006; RUA, 2014; SECCHI, 2015).

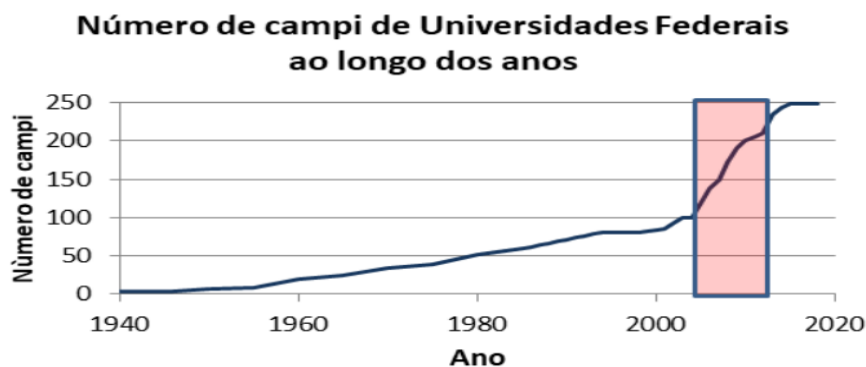
Secchi (2015) enfatiza que o processo de elaboração de políticas públicas também é conhecido como ciclo de política pública, que contempla as seguintes fases: identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção. Neste estudo a ênfase se dá na busca de resultados pertinentes à implementação da política de expansão das Universidades Federais. Brittes e Clemente (2019) reforçam que a fase de implementação de políticas públicas, trata sobre o planejamento, estruturação da máquina pública, da provisão de todos os insumos, sendo a gerência dos recursos humanos um dos fatores fundamentais e determinantes para atingir o sucesso ou insucesso da política.

Partindo da teoria sobre a Capacidade Estatal, busca-se identificar como este processo de planejamento ocorre a nível de Governo Federal e como contribui para a implementação de uma política pública que expandiu o acesso à educação superior implementando novas Universidades Federais, neste caso a Universidade Federal do Pampa e como essa contribui para o desenvolvimento da região, não só no aspecto econômico mas também cultural. De acordo com Bizerril (2018):

[...]o processo de interiorização dos *campi* das universidades federais brasileiras ampliou o número de municípios atendidos pelas universidades de 114 em 2003 para 237 até o final de 2011, e resultou em um aumento de aproximadamente 70% das matrículas presenciais na rede federal [...] (BIZERRIL, 2018).

A figura 1 apresenta a evolução dos campi de Universidades Federais no período de 1940 até 2020:

IMAGEM 1 – CAMPI DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS 1940-2020



Fonte: Bizerril, 2018.

Em 2007 existiam 54 Universidades Federais, sendo que quase todas estavam concentradas em regiões metropolitanas. Existia a necessidade de priorizar o atendimento a regiões descobertas pela rede federal como, por exemplo, o sul e oeste da Bahia, e o extremo sul e oeste do Rio Grande do Sul.

Nosso território de estudo, a metade sul do Rio Grande do Sul, é composta por estruturas produtivas diferentes da metade Norte do Estado, predominando a pecuária e posteriormente o cultivo de arroz e soja, que a identifica como uma região predominantemente agrária. Trata-se de uma região sem infraestrutura e investimento industrial, salvo exceções industriais ligadas a beneficiamento de grãos, fazendo com que a economia da região dependa do resultado positivo do setor agropecuário.

O objetivo deste estudo é descrever por meio da teoria da capacidade estatal com ênfase na política de expansão das universidades “REUNI” a implementação da Universidade Federal do Pampa. O procedimento técnico utilizado é o estudo de caso e a pesquisa documental, com delineamento descritivo, uma vez que, “[...] pesquisas deste tipo são as que se propõe estudar o nível de atendimento de órgãos públicos de uma comunidade [...]” (GIL, 2008). O estudo de caso ou método monográfico como apresenta Marconi e Lakatos (2007), “[...] é o estudo de um determinado indivíduo, instituição, grupo ou entidade a fim de obter generalização[...]”.

Para analisar o processo de implantação utilizamos a pesquisa documental onde sua fonte são documentos impressos ou não que possibilitam o pesquisador obter dados em quantidade e com qualidade evitando perda de tempo e constrangimento (Gil, 2008). Os documentos que foram analisados dizem respeito ao Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, que Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, o Relatório do primeiro ano de atividade do programa, e a lei 11.640 que criou a Universidade Federal do Pampa.

No primeiro item do artigo, serão trabalhadas questões referentes à capacidade Estatal e o planejamento das instituições públicas; no segundo item a apresentação da Política Pública de Educação o Reuni, e por fim no terceiro item a criação da Universidade Federal do Pampa, e seu papel para a expansão do ensino superior na metade Sul do Rio Grande do Sul e sua contribuição para o desenvolvimento desta região.

A CAPACIDADE ESTATAL E SUA RELAÇÃO COM O PLANEJAMENTO NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Gomide, Pereira e Machado (2017), expressam que as definições de capacidade estatal difundidas na literatura dizem respeito ao poder e produção de políticas públicas pelas burocracias do Estado⁴. O Brasil adota a concepção do estado moderno, onde essas burocracias organizam e controlam o funcionamento da sociedade, dividindo suas funções entre Três Poderes⁵ (executivo, legislativo e judiciário).

O Poder Legislativo que representa o parlamento, no caso do Governo Federal é bicameral possuindo uma Câmara de Deputados e o Senado, tem o poder de formular as leis e de alterar a Constituição. O Poder Judiciário, cuja mais alta instância no Brasil é o Supremo Tribunal Federal, tem o papel de supervisionar e julgar a aplicação das leis. Por fim, o Poder Executivo cumpre o papel de gerir os serviços públicos, tanto de forma direta, através de seus órgãos, quanto de forma indireta por meio de Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, que atuam em diferentes áreas, destacando-se a saúde, a segurança e a educação. O Poder Executivo além de gerir serviços públicos, tem por sua natureza a prerrogativa de executar as leis, sendo que toda a sua ação é regida por estas leis.

Seguindo a teoria de Capacidade Estatal de um Estado, em um nível secundário (constitutivo), os responsáveis dentro da esfera governamental, são divididos em dois níveis: um Técnico-Administrativo, e outro Político-Relacional. A nível indicativo (realista), alguns indicadores de avaliação da capacidade estatal são os recursos humanos, financeiros e tecnológicos adequados e disponíveis a este Estado (GOMIDE; PEREIRA; MACHADO; 2017).

⁴ Para Weber, o Estado é uma entidade política que exerce poder soberano dentro de um determinado território, sendo que esse poder é exercido por um governo que através de leis deve ser aceito como legítimo pela população deste território. BIANCHI, Alvaro. O conceito de estado em Max Weber. **Lua Nova** (92). Ago. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452014000200004>. Acesso em: 01 jun. 2022.

⁵ CF (1988) Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Souza e Fontanelli (2020), afirmam que a capacidade estatal se expressa em três grandes objetos: a capacidade extrativa, a capacidade coercitiva e a capacidade administrativa. Quanto à capacidade extrativa, está relacionada à criação e cobrança de tributos, fonte de financiamento deste estado. Já a capacidade coercitiva seria o poder de impor a lei e a ordem. Por fim, a capacidade administrativa está relacionada à capacidade de criar e implementar políticas públicas através de uma burocracia profissionalizada.

Souza e Fontanelli (2020, p. 45) afirmam que “em países democráticos, governos são eleitos para formularem e implementarem políticas que espelham as preferências de seus eleitores”, e geralmente os temas saúde, segurança e educação estão sempre em pauta. Para que este estado possa desempenhar suas atribuições este precisa de pessoas que terão a tarefa de agir em nome deste. Estes agentes públicos são incorporados ao estado através de um processo eleitoral, quando são eleitos pelo povo para exercer papel de governantes. Uma segunda forma de incorporação são os cargos em Comissão ou de livre nomeação, que tem caráter temporário. No caso das Universidades Federais a incorporação de pessoal é através de concursos públicos ou processos seletivos⁶ que visam a inclusão de quadro técnico especializado⁷. Dentre os vários serviços públicos que são atribuições do Estado focaremos a partir de agora a temática da educação no serviço público.

Avaliar a capacidade estatal possibilita ter uma ideia de como o estado pode implementar uma política pública, este conceito nos permite identificar as maneiras e caminhos que este estado tem de financiar novas políticas através da sua capacidade extrativa, bem como através de seu quadro de pessoal, planejar, organizar e gerenciar esta política, ou seja a capacidade administrativa do estado depende de profissionais extremamente capacitados para melhor desempenhar as funções públicas. O conceito de capacidade estatal nos permite identificar os motivos que algumas ações governamentais dão certo em alguns países e em outros não. Uma ação governamental que buscou corrigir desigualdades regionais e foi fruto da capacidade administrativa do estado será apresentada ao decorrer deste trabalho.

⁶ O decreto nº 9.739 de 28 de março de 2019, Estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG.

⁷ As Universidades Federais possuem dois tipos de Carreiras do Serviço público Federal: Os cargos do Magistério Federal de Terceiro Grau regidos pela Lei nº 12.772 de 28 de dezembro de 2012; e os Técnico-Administrativos em Educação (T.A) no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação regidos pela Lei nº 11.091 de 12 de janeiro de 2005.

A POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO: O REUNI

Através do Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, foi instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.⁸ Este é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Tinha como meta a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

No seu art. 1º tinha por objetivo, criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. Para atingir estas metas o programa tinha como diretrizes apontadas em seu Art. 2º:

redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; ampliação da mobilidade estudantil; revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade; diversificação das modalidades de graduação; ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil.; articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (REUNI, 2007).

Em seu Art. 3º trata dos recursos financeiros e suas principais aplicações:

[...] construção e readequação de infra-estrutura - despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação (REUNI, 2007).

No Art. 4º abrange o plano de reestruturação e menciona que a Universidade postula-se seu ingresso no Programa, respeitados a vocação de cada instituição e o princípio da autonomia universitária, deve indicar a estratégia e as etapas para a realização dos objetivos referidos no art. 1º.

As ações do programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país. Com o Reuni, o governo federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do

⁸ BRASIL, 2007. **Decreto nº 6.096 de 24 de Abril de 2007**: Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htmv. Acesso em 15 maio 2021.

ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior.

Os reflexos do REUNI podem ser percebidos pelos expressivos números da expansão, iniciada em 2003 e com previsão de conclusão até 2012, estes efeitos foram registrados no relatório do primeiro ano do programa⁹. Em 2008 sob coordenação de Adriana Rigon Weska¹⁰, ocorreu a primeira avaliação do Programa REUNI implantado em 2007, este trabalho buscou comparar os efeitos da implantação do programa na ampliação dos acessos e permanência da educação superior.

De acordo com o Relatório Reuni (2008) a contratação de novos docentes e técnicos seria uma das principais demandas do Programa para tornar possível o cumprimento de suas metas estratégicas, pois estes novos profissionais seriam essenciais para os novos cursos na formação de professores para a Educação Básica e para ampliar a oferta na pós-graduação.

Além disso, os novos servidores contribuíram ao aumento da produção científica brasileira, integrando esforços com os programas desenvolvidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O Programa Reuni, elencou como principais metas: a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90%; elevação gradual da relação aluno/professor para 18 alunos para 1 professor; aumento mínimo de 20% nas matrículas de graduação e o prazo de cinco anos, a partir de 2007 – ano de início do Programa – para o cumprimento destas metas (BRASIL, 2008).

Das 54 universidades federais existentes ao final de 2007, 53 aderiram ao programa em duas chamadas: Primeira chamada ocorreu em 29/10/2007 para implantação do programa no 1º semestre 2008; a segunda chamada ocorreu em 17/12/2007 para implantação do programa no 2º semestre de 2008 (BRASIL, 2008).

Em 2007, ano de criação do Reuni, existiam 54 universidades federais em funcionamento. A Universidade Federal do ABC (UFABC) e a Universidade Federal do Pampa

⁹ BRASIL, 2008. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Reuni 2008. **Relatório de Primeiro Anos.** Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em 23 mai. 2021.

¹⁰ Adriana Rigon Weska é Graduada em Nutrição com Especialização em Nutrição Humana e Administração de Unidades de Alimentação e Nutrição, ambas pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), é Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública, pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Foi Diretora de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior (DIFES) e Secretária de Educação Superior (substituta) da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC).

(Unipampa) foram criadas, respectivamente, em 2005 e 2008, já no âmbito do Reuni com as inovações pedagógicas previstas pelo Programa.

As autorizações de concursos e provimentos, que se iniciou em 2008, seria concluída em 2012, tinha por objetivo assegurar a criação de novos cursos, a ampliação da oferta de vagas e a ocupação das vagas ociosas, bem como daria sustentabilidade ao funcionamento, em três turnos, das estruturas de suporte acadêmico e administrativo das Universidades com incremento de vagas de Técnicos Administrativos em Educação (TA).

QUADRO 1 – NÚMERO DE VAGAS EM CONCURSOS PARA DOCENTES E TÉCNICOS EM 2008

Vagas concursos 2008	Projetadas	Autorizadas	Homologadas	Nomeações
Docentes	1.821	1.821	1.560	1.560
T.A. Classes B,C,D (Nível Médio) e E (nível superior)	1.638	1.638	1.300	1.275

Fonte: elaborado pelos autores a partir de Módulo Concursos/SIMEC, 2008.

Ainda de acordo com o Relatório Reuni (2008) além do Programa Reuni, criado em 2007 e implementado a partir de 2008, a reestruturação das Universidades Federais também contou com o incremento do Programa de Expansão Fase I¹¹, que iniciou em 2003 com propósito de interiorização das universidades, sendo que seu prazo para conclusão foi o ano de 2010. Os dois Programas – Reuni e Expansão Fase I – totalizam, até 2008, um investimento de, aproximadamente, R\$ 1,6 bilhão (BRASIL, 2008).

O Programa Expansão Fase I, até 2008 realizou concursos públicos para provimento de 7.668 novas vagas para docentes e 4.717 novas vagas para técnicos administrativos. Até 2008, 6.355 vagas para técnicos administrativos e 9.489 vagas para docentes foram autorizadas para realização de concursos públicos.

¹¹ Em 2003, o Governo Federal lançou o Programa de Expansão Fase I das Universidades Federais, com o objetivo de promover a interiorização da educação superior pública. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Expansão da Rede Federal**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-acoes/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 06 jun. 2022.

O Reuni mostra como o estado através de sua capacidade administrativa, pode planejar e implementar uma política pública, para desenvolver o ensino superior no Brasil, além de contribuir para o avanço da ciência e tecnologia. O aumento de vagas e principalmente a expansão das Universidades Federais para o interior do país, permitiu que mais pessoas tivessem acesso a uma educação inclusiva, laica, pública e gratuita, além de permitir revelar novos talentos na ciência nacional.

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA (UNIPAMPA)

Em relação ao contexto local e prevendo a ampliação do Ensino Superior no estado do Rio Grande do Sul, o Governo Federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as Universidades Federais promovessem a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior, diante disso, através do Programa de Expansão Fase I, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), a partir de 2006, implementaram os primeiros cursos de graduação, sendo que cada uma destas instituições ficou tutora de cinco câmpus distribuídos nas cidades de Bagé, Jaguarão, São Gabriel, Santana do Livramento, Uruguai, Alegrete, São Borja, Itaqui, Caçapava do Sul e Dom Pedrito. Foram realizados concursos para Docentes e Técnicos Administrativos, que ficaram subordinados inicialmente a estas universidades. Após dois anos de funcionamento, por meio da Lei n.º 11.640 de janeiro de 2008 foi criada a **Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)**¹², com o objetivo de minimizar o processo de estagnação econômica da metade sul do estado, atingindo principalmente as fronteiras com Argentina e Uruguai, propondo um projeto de educação que viabilize o desenvolvimento regional (BRASIL, 2008).

Para a criação da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, foram incorporados os bens patrimoniais pertencentes a UFSM e UFPel, localizados nas respectivas cidades de implantação, ficando sua sede na Cidade de Bagé onde está localizada sua Reitoria, e sendo criados as Unidades Universitárias da UNIPAMPA: I. Campus Alegrete; II. Campus Bagé; III. Campus Caçapava do Sul; IV. Campus Dom Pedrito; V. Campus Itaqui; VI. Campus Jaguarão; VII. Campus Santana do Livramento; VIII. Campus São Borja; IX. Campus São Gabriel; X. Campus Uruguai.

¹² Criada pela Lei 11.640 de 11 de janeiro de 2008, como Fundação Universidade Federal do Pampa, de natureza pública, com sede e foro na cidade de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul.

Passaram a integrar a UNIPAMPA, a partir da data de publicação da Lei 11.640, os cursos de todos os níveis, integrantes dos campi incorporados. Com isto a UNIPAMPA passou a ser dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. É uma instituição federal de educação superior multicampi¹³. As Unidades Universitárias da UNIPAMPA são designadas como Campus, sendo o órgão de base, constitutivo da estrutura multicampi da Universidade, para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica, dotado de servidores docentes e técnico-administrativos em educação, com a responsabilidade de realizar a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão.

Também foram redistribuídos para a Unipampa os cargos ocupados e vagos do Quadro de Pessoal das Universidades Federais de Santa Maria e Pelotas, que foram disponibilizados para o funcionamento dos campi citados. Além disto dentro da proposta do REUNI, foram criados através da mesma lei de criação, para compor o quadro de pessoal da UNIPAMPA, 400 (quatrocentos) cargos de Professor da Carreira do Magistério de 3º Grau, além de 200 (duzentos) Técnicos Administrativos de nível superior e 200 (duzentos) Técnicos Administrativos de nível intermediário (BRASIL, 2008). Considerando a realidade da região onde a Universidade está inserida, o texto abaixo enfatiza:

A UNIPAMPA foi estruturada em uma região que vivenciou, ao longo dos anos, perdas socioeconômicas importantes. Por isso, é importante que sejam consolidadas as unidades, relacionando os cursos e a própria pesquisa ao perfil regional e o enfrentamento dos desafios locais, buscando a articulação entre os diversos atores públicos e privados no sentido de propor projetos de interesse mútuo. Os municípios da região ficaram marcados pelo empobrecimento social, com problemas como saneamento básico, moradia, transporte, acesso à saúde, à educação, ao emprego e com a geração de renda. Esses fatores contribuíram para o êxodo rural e a migração regional, principalmente em virtude da ausência de instituições de ensino superior (UNIPAMPA, 2019, p. 19).

Conforme relatório integrado de gestão de UNIPAMPA¹⁴ (2020, p. 144), seu orçamento chegou ao montante empenhado de R\$ 355.202.927,10 devido ao aporte suplementar de orçamento realizado pelo MEC para atender ao pagamento das Despesas de Pessoal e Encargos

¹³ Modelo organizacional de Universidade que hoje está sendo imitado e implementado pelas Universidades Federais, pelos Institutos Federais e por Corporações Universitárias Privadas em seus projetos e programas de expansão territorial e espacial da educação pública ou pelo atendimento das demandas comerciais de grupos oportunos que atuam na educação superior. BAMPI, Aumeri Carlos; DIEI, Jeferson Odair. O modelo multicampi de Universidades e suas relações com a sociedade. **XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad**. 2013.

¹⁴ UNIPAMPA. **Relatório de Gestão Integrado**. 2020. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/proplan/files/2021/04/rgi-2020-final.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

Sociais, bem como em razão do recebimento de orçamento descentralizado de outros órgãos do Governo Federal para aplicação em despesas correntes e de investimentos, por meio de Termos de Execução Descentralizada (TEDs), distribuídos em recursos de pessoal e encargos sociais, despesas correntes ou de custeio e investimentos. O número total de servidores da universidade em 2020 chegou a 1.815 servidores distribuídos entre docentes e técnico-administrativos, além de possuir 311 funcionários terceirizados. No ano de 2020 houve o ingresso de 2.642 alunos de Graduação, sendo que a universidade formou 402 alunos.

Com destaque para as ações de extensão registradas, que no mesmo ano chegaram a 642 ações, com recursos aplicados no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), alcançando um público total de 13.048 pessoas. Em Pesquisa e pós-graduação, foram aplicados R\$ 6.720.571,94, sendo que parte foi para 300 bolsas de iniciação científica e tecnológica, resultando o registro de 17 patentes. Universidade formou 37 egressos de Pós Lato Sensu, 75 novos Mestres e 9 novos Doutores (UNIPAMPA, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi descrever por meio da teoria da capacidade estatal com ênfase na política de expansão das universidades “REUNI” o processo da implementação da Universidade Federal do Pampa. Ao avaliarmos o conceito de capacidade estatal podemos identificar como o estado pode implementar uma política pública, no caso o REUNI. Podemos identificar como foi o processo de planejamento, organização e distribuição de pessoal para implementação desta política e como reflexo dela a criação da Universidade Federal do Pampa, implementada na metade sul do Rio Grande do Sul.

O REUNI criou condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas Universidades Federais. Como resultados, a criação da Universidade Federal do Pampa composta de docentes, discentes e pessoal técnico-administrativo em educação, que com a finalidade precípua a educação superior e a produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico, integradas no ensino, na pesquisa e na extensão, contribui para o desenvolvimento local e regional da metade sul do Rio Grande do Sul.

A Unipampa possui 75 cursos de graduação, 34 cursos de especialização, 20 cursos de mestrado e 5 cursos de doutorado, já formou mais de 12 mil alunos entre graduação e pós-graduação. O grande desafio para os próximos anos é superar os problemas enfrentados com os cortes orçamentários e dificuldades impostas pelo cenário econômico atual. Contudo, a

importância da Universidade para o desenvolvimento da Região será fundamental nos próximos anos.

REFERÊNCIAS

BAMPI, Aumeri Carlos; DIEL, Jeferson Odair; O modelo multicampi de Universidades e suas relações com a sociedade. **XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad**. 2013. Disponível em: <https://bityli.com/LrHxwH>. Acesso em 20 out. 2021.

BIZERRIL, Marcelo. A interiorização das Universidades Federais foi um acerto estratégico para o Brasil. **Unb Notícias**, Brasília, 24 out. 2018. Disponível em: <https://noticias.unb.br/artigos-main/2580-a-interiorizacao-das-universidades-federais-foi-um-acerto-estrategico-para-o-brasil> . Acesso em: 01 dez. 2021.

BIANCHI, Alvaro. O conceito de estado em Max Weber. **Lua Nova** (92). Ago. 2014. disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-64452014000200004> acesso em 01 jun. 2022.

BRASIL, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. acesso em 15 dez. 2021.

BRASIL, 2007. **Decreto nº 6.096 de 24 de Abril de 2007**: Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htmv. Acesso em 15 maio 2021.

BRASIL, 2008. **Lei nº 11.640, de 11 de Janeiro de 2008**. Institui a Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11640.htm. Acesso em: 24 nov. 2020.

BRASIL, 2008. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Reuni 2008. **Relatório de Primeiro Ano**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em 23 mai. 2021.

BRASIL, 2009. Ministério da Educação. **Reuni: Universidades federais criam 15 mil novas vagas no primeiro ano do programa**. Disponível em <http://reuni.mec.gov.br/noticias/36-outras-noticias/49-universidades-federais-criam-15-mil-novas-vagas-no-primeiro-ano-do-programa>. Acesso em 01 dezembro 2021.

BRASIL, 2019. **Decreto nº 9.739 de 28 de março de 2019**. Estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG. Disponível em <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=9739&ano=2019&ato=66foXU65keZpWT657>. Acesso em 20 dez. 2021.

GIL, Antônio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Expansão da Rede Federal**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-acoes/expansao-da-rede-federal>. Acesso em 06 jun. 2022.

UNIPAMPA, 2019. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2019-2023**. Bagé. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/proplan/files/2019/09/pdi-2019-2023-publicacao.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

UNIPAMPA, 2019. **Relatório integrado de gestão 2019**. Bagé. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/proplan/files/2020/09/1relatorio-integrado-de-gestao-2019-c.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

UNIPAMPA, 2020. **Relatório integrado de gestão 2020**. Bagé. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/proplan/files/2021/04/rgi-2020-final.pdf>. Acesso em 20 dez. 2021.